



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 416/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00316 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita acesso a data da reunião mais recente realizada pelo Conselho Estadual de Ciência de Tecnologia - CONCITE e também acesso as atas das reuniões a partir de 04/09/1979. Atendimento parcial. Provimento

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 416/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe
2. Em resposta, o órgão informou ao solicitante que "*a última atualização do Concite (Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia) foi em maio de 2021 conforme publicado no Diário Oficial, em anexo.*"
3. A ausência de resposta do órgão, em grau recursal de 1ª instância, motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão ficou-se silente.
5. Deve-se consignar que o direito a acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto.
6. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir os procedimentos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação (LAI) e nas disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
7. Considerando que o órgão atendeu parcialmente a demanda, e, constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, nos termos da legislação vigente, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 20, IV, do aludido Decreto nº 58.052/2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo referido Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206047A